



O ESPAÇO FÍSICO DE UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL: análises e críticas

Edna Alves de Souza¹
João Lucas de Oliveira Monti²
Liana Gonçalves Pontes Sodré³

RESUMO

O estudo teve por objetivo replicar um projeto de formação continuada, tendo em vista que no primeiro estudo todas as escolas funcionavam em casas que não ofereciam condições para os trabalhos das professoras, nem para as atividades das crianças. O município tem investido na construção de novas escolas, que se propõem a atender aos parâmetros (BRASIL, 2008) propugnados pelo Ministério de Educação (MEC). Analisamos durante um processo de formação continuada de professoras da Educação Infantil as condições oferecidas pelo espaço físico da escola. Interessava ao estudo identificar na proposta construtiva os aspectos que têm sido favoráveis ao processo educacional e os que demandam alterações no projeto original. De acordo com Vigotski (2007), as crianças apresentam uma relação com o ambiente em que vivem, do qual internalizam signos de seu entorno que serão gradualmente organizados em um sistema simbólico interno. É nesse processo que se dá a estruturação e a percepção de conhecimento de mundo de cada uma delas.

Palavras-chave: Infraestrutura; Educação Infantil; Crianças.

Alguns documentos e os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (BRASIL, 2008) vêm, nos últimos dez anos, discutindo a qualidade da educação que ocupa lugar nos discursos e direciona a política implantada nas reformas educacionais em nosso país. Nestes últimos anos tem havido um expressivo crescimento de matrícula na educação básica, pois aumentou o número de crianças nas escolas.

Os objetivos e as metas do Plano Nacional de Educação buscam assegurar a qualidade na educação infantil por meio do estabelecimento desses parâmetros e das diretrizes para uma política nacional voltada para a Educação Infantil (BRASIL, 2006).

A elaboração desses documentos pode ser atribuída à preocupação com a qualidade do processo educacional oferecido às nossas crianças. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e a constituição federal de 1988, diz que: é dever do estado através dos municípios a oferta da Educação Infantil até 6 anos, juntamente com o apoio efetivo dos governos

¹ Bolsista de Iniciação Científica, PICIN, licenciada do Curso de Pedagogia, Departamento de Educação Campus X, UNEB. enasouza@hotmail.com

² Bolsista de Iniciação Científica, PICIN, licenciando do Curso de História, Departamento de Educação Campus X, UNEB. Lucas.monti@yahoo.com.br

³ Professora Plena do Departamento de Educação, Campus X, UNEB. Pós-doutorado em Educação pela UFF e Doutora em Educação pela UNICAMP. lsodre@uneb.br



federal e estadual, com vistas a reconhecer o estado de direito e propiciando às crianças a oportunidade de estar em escolas de qualidade. Para que a integração se efetivasse, era necessário que os Conselhos de Educação elaborassem regulamentações para o credenciamento e o funcionamento das instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2008). A discussão deveria causar embate imediato na qualidade, com vistas à garantia dos atendimentos das creches e da pré-escola que tivessem: “[...]espaço físico e materiais adequados, formação do profissional de acordo com a exigência legal e proposta pedagógica, entre outros aspectos”. (BRASIL, 2008, pg. 33)

Para a produção dos dados realizamos observações diretas e entrevistas semiestruturadas junto à direção e à coordenação da escola. Todo o processo foi descrito em registros cursivos e, posteriormente, foram discutidos e analisados de modo a desvelar as questões apontadas. O estudo se propôs a contribuir com uma análise da infraestrutura da escola em que está sendo desenvolvido o processo de formação continuada para professoras e profissionais (diretora e coordenadora) da Educação Infantil, por estarem atuando em uma escola construída dentro do que está posto nos documentos oficiais. Pretendíamos verificar se as dificuldades apontadas em estudo anterior foram superadas e quais os novos desafios que estão surgindo a partir das mudanças implementadas nos projetos construtivos para esta etapa da educação.

A crítica mais contundente ao projeto, como um todo, foi a orientação adotada para a locação da escola no terreno. Algumas salas ficaram totalmente voltadas para o poente, motivo de grande desconforto térmico nos dias ensolarados e a área aberta ficou vulnerável a ventos que favorecem a inundação em dias de chuva. De acordo com os Parâmetros Básicos de Infraestrutura, antes mesmo da produção do projeto, deve-se fazer uma análise estruturada do espaço físico-geográfico e socioeconômico local, para que haja uma concordância em suas particularidades para locação da construção, evitando insolação em locais de uso contínuo das crianças e demais problemas. Desse modo, a área aberta que poderia ser mais utilizada, inclusive como espaço para as refeições, fica sem condições de uso nos dias de chuva e algumas salas nos dias mais quentes e abafados.

Identificamos também problemas construtivos de manutenção, bem como críticas às instalações e aos equipamentos, fazendo contraste do projeto original da instituição com os Parâmetros Básicos de Infra-estrutura para educação infantil. Observa-se também, que há uma falta de participação das próprias crianças, que são afetadas diretamente pelas estruturas construídas, considerando que os parâmetros exigem participação direta dos sujeitos, crianças, professores,



comunidade local, com vistas a que o espaço seja estruturado com um cuidado adequado para tal objetivo. Acrescentamos ainda que, há uma obrigatoriedade dos responsáveis para uma análise avaliativa do ambiente antes e após a construção da instituição, assim, tendo por base os Parâmetros Básicos de Infra-estrutura básica, seguimos sua estrutura de análise a partir do ponto “construção/uso” e “avaliação física”. São aspectos que demonstram que a Educação Infantil ainda demanda atenção por parte dos responsáveis por essa etapa da Educação, quais sejam: governos Federais, Estaduais e Municipais.

A implantação da Educação infantil como primeira etapa da educação básica pelos municípios tem sido lenta e poucas escolas estão sendo construídas a partir dos parâmetros definidos pelo MEC. Para se promover uma educação de qualidade é preciso que a infraestrutura atenda às necessidades dos profissionais que nela trabalham, assim como das crianças em sua primeira experiência escolar. Contudo, apesar da escola ter sido construída sob os parâmetros do MEC, ela ainda apresenta problemas construtivos decorrentes de falhas de projeto e de execução. Como consequência, o processo educacional fica distante do almejado, tanto para as professoras, quanto para as crianças.

Nas escolas de educação infantil Jauris (2015) discute a autonomia das crianças, no propósito de que elas possam produzir suas habilidades motoras e intelectuais, assim como serem capazes de se relacionar com os adultos e as demais crianças. Dessa forma, cada uma pode se tornar produtora de suas relações com as outras pessoas e com o mundo com o qual está inserido. Para tanto, é preciso discutir propostas de práticas pedagógicas que possibilitem às crianças uma educação voltada para a autonomia fundamentada nos parâmetros de qualidade da Educação Infantil.

Para Vieira (2009), a prática das crianças se efetiva na ação sobre os objetos, os sujeitos e o meio. Para tanto, seria essencial a criação de espaços adequados ao desenvolvimento da criatividade e dos interesses das crianças. Segundo a autora, a criança desenvolve a autonomia produzindo ações do cotidiano para, assim, produzir conhecimento. Esta análise pode ser complementada por Jauris (2015) quando afirma a possibilidade da autonomia a partir da participação efetiva das crianças no processo educacional. A criança se desenvolve quando participa com interesse das atividades, o educador por sua vez volta a atenção à criança para ter êxito em seus objetivos. Este olhar promove as oportunidades e favorece a integração entre as crianças e o contexto educacional.



Reconhecer a criança como sujeito de direito é uma luta travada a partir da consolidação de processos democráticos, fundamentada nos princípios dos direitos e deveres garantidos pelos governantes, assim como nos mecanismos de políticas pedagógicas e nas políticas públicas voltadas para a crianças. Os documentos que estruturam as políticas educacionais são recentes e precisam ser revistos sempre, no entanto, não podem ser negados os progressos e as adequações às exigências das populações em crescimento.

A implantação da Educação infantil como primeira etapa da educação básica pelos municípios tem sido lenta e poucas escolas estão sendo construídas a partir dos parâmetros definidos pelo MEC. Para se promover uma educação de qualidade é preciso que a infraestrutura atenda às necessidades dos profissionais que nela trabalham, assim como das crianças em sua primeira experiência escolar. Contudo, apesar da escola ter sido construída sob os parâmetros do MEC, ela ainda apresenta problemas na construção decorrentes de falhas de projeto e de execução. Como consequência, o processo educacional fica distante do almejado, tanto para as professoras, quanto para as crianças.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>

BRASIL. *Parâmetros Básicos de Infra-estrutura para Instituições de Educação Infantil*.

Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Coordenação-Geral de Educação Infantil. Brasília, 2008.

JAURIS, Roberta Bolzan. *Autonomia em episódios interativos entre professora e crianças da educação infantil*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado da Bahia. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Salvador, 2015.

VIEIRA, Analúcia de Moraes. **Autoridade e autonomia: uma relação entre a criança e a família no contexto infantil**. *Revista Ibero Americana de Educação*, n. 46/5, 2009. Disponível em: <http://www.rioei.org/deloslectores/2964Morais.pdf>

VIGOTSKI, Lev Semenovich. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.